



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL



Contrato nº 003/2012, de Empresa especializada na Prestação de Serviço conexão permanente e exclusiva da rede local da SETRAB à Internet por IP dedicado, com velocidade mínima garantida de 100Mbps entre o Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Trabalho e a empresa GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA nos termos do Padrão nº. 002/2002.

Processo n.º 430.000.164/2012

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO/SETRAB**, representado por WASHINGTON LUIZ SOUSA SALES, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, RG: 424817 – SSP/DF e CPF: 143.668.861-20, na qualidade de Secretário Adjunto Interino, respondendo, com base nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a Empresa **GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA (FILIAL-DF)**, doravante denominada Contratada, CNPJ nº. 03.420.926/0011-04, com Sede na SCN Quadra 02, Lote “A”, 9º andar, Ed. Corporate Financial Center, Cep: 71200-030, Brasília-DF, representado por **JOSÉ EDUARDO FERNANDES**, Brasileiro, portador da carteira de identidade nº 13056161, expedida pela SSP-PR, inscrito sob CPF nº 283.220.021-49, na qualidade de Diretor Regional de Operações e por **CARLOS HENRIQUE SARAIVA DOS REIS**, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 1234980, expedida pela SSP-DF, inscrito sob CPF nº 585.335.351-34, na qualidade de Gerente Nacional de Vendas Governo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento

O presente Contrato obedece ao Termo de Referência nas fls. 13 a 30, a Ata de Registro de Preços nº 60/2011 do processo 46130.000396/2011-71 nas fls. 79 a 107, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como as demais legislações vigentes.

Folha nº	300
Processo nº	430.000.164/2012
Rubrica:	
Matricula:	262.987-9





CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto

3.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço para conexão permanente e exclusiva da rede local da SETRAB à Internet por IP dedicado, com velocidade mínima garantida de 100Mbps.

CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução

4.1. Os serviços a serem prestados serão realizados na sala dos servidores da rede local da SETRAB, localizada no Setor Bancário Norte.

4.2. A CONTRATADA deverá instalar toda a infraestrutura necessária para a prestação do serviço em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Entretanto, a efetiva ativação, com respectivo efeito financeiro, só se dará após autorização do fiscal/executor do contrato.

4.3. A largura de banda deverá estar sempre disponível na totalidade do fluxo contratado e ser mantida durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

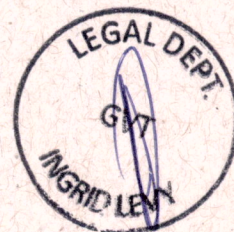
4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar um “Portal de Acompanhamento do Serviço”, com informações sobre o serviço de conexão IP dedicado prestado a SETRAB.

4.4.1. Entende-se como “Portal de Acompanhamento do Serviço” qualquer ferramenta de gerência acessível pela Internet por intermédio de um navegador Web, com acesso restrito com uso de usuário/senha e utilizando o protocolo HTTP ou, preferencialmente, HTTPS.

4.4.2. O portal deverá possibilitar que a gerência de rede da Secretaria realize consultas, visualize e imprima relatórios das informações de desempenho do serviço de conexão IP dedicado prestado a SETRAB.

4.4.3. As estatísticas de desempenho deverão ser atualizadas em intervalos de, no máximo, 10 (dez) minutos, sendo que a CONTRATADA deverá mantê-las disponíveis no portal por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

Folha nº	301
Processo nº	430.000564/2012
Rubrica	
Matricula	262-987-9





4.4.4. As estatísticas de desempenho, geradas com o uso de SNMP, ICMP ou de algum outro protocolo de controle de rede, deverão ser visualizadas tanto na forma textual como também na forma gráfica, e fornecer, pelo menos, as seguintes informações:

4.4.4.1. Taxa de utilização da banda, informando o volume do tráfego em bits ou em pacotes;

4.4.4.2. Percentual de descarte de pacotes;

4.4.4.3. Percentual de pacotes com erros.

4.5. A CONTRATADA deverá efetuar comunicação prévia, com intervalo mínimo de 3 (três) dias úteis, das paradas programadas para manutenção preventiva e adaptações na rede da Licitante.

4.5.1. As paradas programadas deverão ser realizadas em horários sem expediente, ou seja, das 20h00 às 7h00 nos dias úteis e em qualquer horário aos sábados, domingos e feriados.

4.5.2. O limite anual para as paralisações será de 24 horas não consecutivas. Paradas programadas acima desse limite serão consideradas no cálculo do Índice de Disponibilidade do mês de referência.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor total do Contrato é de R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais), conforme proposta de preços apresentada nas fls. 166 e 167 e firmado na Ata de Registro de Preços nº 60/2011 do processo 46130.000396/2011-71 nas fls. 79 a 107, devendo ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária

6.1. – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

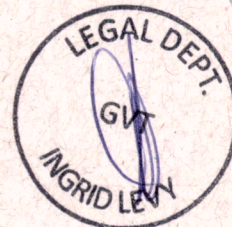
I – Unidade Orçamentária: 25101

II – Programa de Trabalho: 11.122.6001.8517.7895;

III – Natureza da Despesa: 339039;

IV – Fonte de Recursos: 100 70800,00

Folha nº	302
Processo nº	430.000169/2012
Assinatura	
Matrícula	262.987-a





6.2. – O empenho é de 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais) conforme Nota de Empenho nº 2012NE00242, emitida em 05/06/2012, na modalidade Global, conforme fl. 299.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento

7.1. De acordo com as normas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado do Trabalho efetuará o pagamento dos serviços executados, mediante efetiva comprovação da prestação do serviço e a respectiva emissão da Nota Fiscal, conforme a requisição deste órgão, liquidada em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo executor do contrato desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº. 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº. 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90); e

III – certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

7.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.4. As faturas apresentadas deverão identificar de forma clara cada uma das cobranças efetuadas, com descrições conforme aquelas apresentadas na Planilha de Preços do edital, sem que seja necessário consultar qualquer outro documento para a conferência dos serviços faturados em relação a aqueles efetivamente prestados.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – a multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Folha nº	303
Processo nº	430.000.164/2012
Revisor	[assinatura]
Matrícula	262.987-9





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL



7.7. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 17.733 de 02/10/96, alterado pelo Decreto n.º 18.126 de 27/03/97.

CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência e Garantia de Assistência Técnica

8.1. A vigência do Contrato será de 12 meses, contados de sua assinatura, renovável por igual período, por acordo entre as partes, limitado há 60 meses.

8.2. A eventual reprovação dos serviços por motivo de qualidade ou valor não implicará em alteração dos prazos e nem eximirá a CONTRATADA de aplicação das penalidades previstas no artigo 87, da lei n.º 8.666/93.

8.3. A CONTRATADA deverá garantir o serviço prestado durante a vigência do contrato, respondendo a um chamado por defeito ou deficiência técnica em, no máximo, 24 horas.

8.4. É considerado dia útil aquele com expediente normal na SETRAB.

CLÁUSULA NONA – Das Garantias

9.1. A Garantia para a execução do presente contrato, corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, conforme disposto na art. 56, e seguintes da Lei n.º 8.666/93, no prazo de até 10(dez) dias úteis a contar da data de publicação no DODF, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes, ter sido emitido sob, a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei 11.079/2004).

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

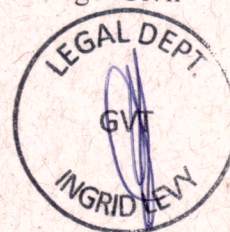
9.2. Em caso de garantia em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá se apresentar a Secretaria da Fazenda na Subsecretaria do Tesouro – SUTES, mediante ofício desta Secretaria do Trabalho, para cumprir as orientações daquela Secretaria quanto ao depósito em conta.

9.3. No caso de apresentação de fiança bancária, a Carta de Fiança deverá registrar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos artigos 827 e 835 do Novo Código Civil Brasileiro.

Folha nº 304
Processo nº 430.000.164/2012
Rubrica: [assinatura]
Matrícula: 262.987.9

3

[assinatura]



[assinatura]